

## O PAPEL DO MICROCRÉDITO NA AGENDA DE INCLUSÃO FINANCEIRA BRASILEIRA

Luiza Berto de Lima (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Vilma Meurer Sela (Orientadora),  
e-mail: vmsela@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Maringá,  
PR.

### Administração/Administração Pública

**Palavras-chave:** microcrédito, inclusão financeira, desenvolvimento socioeconômico

### Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo descrever o papel do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira. O presente estudo foi caracterizado como uma pesquisa descritiva-qualitativa, na qual a coleta de dados se deu por meio da pesquisa documental. A Análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Os resultados obtidos trouxeram a compreensão dos efeitos do microcrédito para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e do país.

### Introdução

A Agenda de inclusão Financeira no Brasil visa à promoção da inclusão financeira da população de menor renda, por meio de várias ações e programas governamentais que promovem o acesso e o uso dos serviços financeiros. Dentre estas ações e programas destaca-se o microcrédito, crédito demandado pelo público normalmente excluído do sistema financeiro tradicional, com destaque especial para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Diante da importância do microcrédito para a inclusão financeira e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico, a presente pesquisa tem por objetivo descrever o papel do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira. A presente pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. A coleta de dados se deu de forma indireta, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa em tela, a pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão dos temas que delimitaram o estudo – inclusão financeira e microcrédito. A pesquisa documental foi realizada por meio de relatórios trimestrais e anuais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados foram obtidos por meio de relatórios trimestrais e anuais fornecidos pelo Ministério do Trabalho e outros dados pesquisados no website do mesmo. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. A análise de conteúdo permitiu realizar uma inferência entre os dados e os conceitos teóricos abordados. O aporte teórico esteve relacionado com pesquisas direcionadas ao microcrédito, inclusão financeira e suas conseqüências socioeconômicas.

## Revisão de Literatura

Segundo Sela (2017), o microcrédito é caracterizado como pequenos empréstimos realizados a população carente, para que assim possa se estimular o empreendedorismo e as microempresas. Todas as iniciativas trazem como resultado a redução da carência de capital e a ampliação das condições de bem-estar para os indivíduos de baixa renda. Essa qualidade de vida inclui melhorias nas moradias, na saúde e alimentação dos beneficiados. Ademais, proporciona o acesso aos meios tradicionais de educação e o consumo de produtos de nível elevado, o que contribui para um estado emocional estável, o que constitui a dignidade do indivíduo e traz o sentimento de pertencimento à sociedade como um todo. Ou seja, é o microcrédito possibilitando a inclusão financeira e conseqüentemente o desenvolvimento socioeconômico do país (BARONE et al., 2002; LACERDA, 2013).

A inclusão financeira compreende o acesso e a utilização, por toda a população de serviços financeiros que possibilitem de forma simplificada, igualitária e justa trazer benefícios aos indivíduos de modo que seja adequado e com preços dentro das condições dos indivíduos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Quando se tem a inclusão das classes mais baixas da população no sistema financeiro tradicional, ocasiona-se um impulso em inúmeros setores da economia, tornando o ambiente propício para uma maior lucratividade da organização e melhores condições econômicas para as famílias. A inclusão financeira resulta na diminuição da pobreza e conseqüentemente na desigualdade entre as classes, visto que o ingresso nos serviços financeiros é um meio de alta eficácia para a diminuição do contraste existente entre as rendas. Uma das ferramentas capazes de proporcionar toda essa inclusão é o microcrédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015; SELA, 2017).

## Resultados e Discussão

Tendo em vista as melhorias que o microcrédito pode proporcionar, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, alterado pela Lei 13.636, de 20 de março de 2018 e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse programa veio com o objetivo de fazer com que o crédito orientado pudesse chegar ao alcance dos micros e pequenos empreendimentos e também para que fosse um incentivo a formalização dos negócios, além de promover trabalho e renda (BRAGA, 2011; MONZONI NETO, 2006; MDS, 2019).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa oferta o microcrédito a taxas de juros mais baixas do que usualmente utilizadas no mercado, com menor prazo para o pagamento e menos burocracia na obtenção de crédito. O recurso concedido pode ser utilizado como capital de giro ou investimento. Atualmente o Programa pode ser encontrado em todas as regiões do país, ofertado por bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e organizações do terceiro setor que se encontram regularmente inscritas no MTE.

Os relatórios referentes ao PNMPO são realizados desde de 2005 e a partir dele é possível visualizar uma alavancagem surpreendente do programa ano após ano, uma vez que se observa um crescimento significativo no número de operações

realizadas e no valor de crédito concedido pelo programa. Na Tabela 1 pode-se verificar essa evolução.

**Tabela 1 – Execução Histórica Consolidada do PNMPO – 2005 a 2017**

Ano	Número de Operações Realizadas	Variação Anual	Valor Concedido	Número de Clientes Atendidos
2005	632.106,00	-	338.789.945,28	-
2006	828.847,00	31,12%	515.325.563,15	-
2007	962.942,00	21,22%	737.633.358,75	-
2008	1.280.680,00	32,99%	3.028.311.115,92	1.430.097
2009	1.620.656	26,55%	3.620.727.053,21	1.654.186
2010	1.966.718	21,35%	4.488.115.368,16	2.071.607
2011	2.576.559	31,01%	5.761.258.770,63	2.674.157
2012	3.814.781	48,06%	8.620.128.678,68	3.953.406
2013	5.713.091	49,76%	12.681.328.919,61	5.664.941
2014	5.667.287	-0,80%	13.767.209.554,90	5.552.080
2015	5.201.992	-8,21%	12.359.966.047,07	5.200.781
2016	4.699.476	-9,66%	9.263.808.769,72	2.514.576
2017	4.300.728	-8,48%	8.644.549.201,73	2.248.981
<b>TOTAL</b>	<b>39.265.863,00</b>		<b>83.827.152.346,81</b>	<b>32.964.812</b>

Fonte: Elaborado com base no Relatório do PNMPO de 2012 e 2017.

\*NOTA: Os valores referentes a 2005, 2006 e 2007 não se encontram atualizados

Como foi apresentado no relatório, os valores mostram a evolução do microcrédito ao longo dos anos desde o seu surgimento, o que ressalta ainda mais a importância do microcrédito para o país. Foi observado que as mulheres representam 64,46% dos clientes atendidos, enquanto que os homens representaram 35,54% deste total, o que revela a forte atuação das mulheres como sendo o principal público atendido. Foi possível observar que a grande maioria dos clientes atendidos se encontra na informalidade, cerca de 99,63%, contra apenas 0,37% que estão no meio formal. Observou-se que o setor de comércio representa 77,80% dos clientes atendidos. Os dados mostraram que 88,90% dos clientes buscaram o microcrédito como um meio para realizar a composição/recomposição do seu capital de giro, 8,47% dos clientes estavam em busca de capital para alavancar o seu empreendimento e que 2,63% dos clientes utilizaram o microcrédito para as duas finalidades, tanto para o capital de giro quanto para investimento.

## Conclusões

O principal objetivo deste presente estudo foi o de realizar uma análise do papel exercido pelo microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira, principalmente em relação ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). A pesquisa possibilitou o entendimento do andamento e das características do programa, bem como a sua evolução ao longo dos anos desde os seus primórdios, o que resultou em um diagnóstico de que o microcrédito é uma das principais ferramentas para a realização das políticas públicas de redução da

pobreza, geração de trabalho e renda, promovendo a inclusão social e financeira de seus participantes e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, visto que promove uma evolução na economia do país.

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Ministério do Trabalho por fornecer os dados para que a presente pesquisa pudesse ser realizada, agradeço também à orientadora deste trabalho, Profª Drª Vilma Meurer Sela, por todos os ensinamentos e contribuições realizadas e pôr fim ao CNPq, à Fundação Araucária e à Universidade Estadual de Maringá, por proporcionarem o financiamento deste estudo.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). **Relatório de Inclusão Financeira**. n. 3. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRAGA, Thaiz Silveira. **Programa público de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do CrediAmigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. 169 f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <<http://mte.gov.br/pnmpo>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LACERDA, Julia Alves. **MICROCRÉDITO: uma alavanca para o desenvolvimento de micro empreendimentos e uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social**. 2013. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. 2006. 194 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.